



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

RATIFICO	a presente	JUSTIFICATIVA	Publique-se,
providencie-se	o contrato.	PROPRIÁ/SE,	<u>17</u> de
<u>dezembro</u>	de 2019.		
 Iokanaan Santana Prefeito Municipal			

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ, ESTADO DE SERGIPE**, vem justificar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA** via **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** que entre si visam celebrar o **MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE** e a empresa **ASPLAN ASSSSORIA E APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.616.944/0001-53, com sede na rua Campos, nº 972, sala 10 – 1º andar - Bairro São José – Aracaju/SE, através do seu administrador, o Sr. **CARLOS ALBERTO FERREIRA PINTO**, brasileiro, casado, portador da célula de identidade de nº 1.035.672 SSP/SE, e CPF sob o nº 601.562.365-92, objetivando a Assessoria e Consultoria Técnica específica na área de Gestão de Convênios e Prestação de Contas para atender as demandas desta Prefeitura Municipal.

CONSIDERANDO, a necessidade da Prefeitura Municipal de Propriá;

CONSIDERANDO, o melhor desenvolvimento das atividades cotidianas;

CONSIDERANDO, a assessoria e consultoria na área de Gestão de convênio e prestação de contas;

CONSIDERANDO, que a Administração recebe da Lei nº 8.666/93 em seu artigo 25, caput, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, conforme inciso II.

CONSIDERANDO, que o inciso III do artigo 13º da Lei de licitações e Contratos define **Serviços Técnicos Profissionais Especializados** como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, elencando entre eles assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.

CONSIDERANDO, que a operação contratual em exame encontra-se inserida nos moldes do artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/93. para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

CONSIDERANDO, que com fulcro nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos a contratação que instituiu o **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE**, encontra-se de



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

suas atribuições, manifestar-se **FAVORAVELMENTE PELA CONTRATAÇÃO DIRETA VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, *ex vi* do artigo 25, inciso II da lei de Licitações e Contratos.

Ante o exposto, submetemos a presente JUSTIFICATIVA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de PROPRIÁ/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

PROPRIÁ/SE, 17 de dezembro 2019.

RONALDO PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador de Planejamento